

IVANA MUSSI GABRIEL

Ivana Mussi Gabriel

DIREITO TRIBUTÁRIO

Constituição
e Código Tributário Nacional

DIREITO TRIBUTÁRIO CONSTITUIÇÃO E CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

2ª edição revista, ampliada e atualizada

2ª edição revista, ampliada e atualizada

FORUM

Todos nós somos tributados e a qualquer tempo. Não é preciso ter um carro, uma casa ou uma renda. Basta consumir algo. Quando saímos de casa para tomar um cafezinho com um pão na chapa, pagamos um percentual de tributo para o Estado, porque o tributo incide sobre a mercadoria – o café e o pão – e é repassado para quem os consumir. Definitivamente, a tributação está presente na vida de todos. Não se pode compreender corretamente a tributação, os direitos e os deveres do cidadão contribuinte sem atenção às normas jurídicas consagradas na Constituição e no Código Tributário Nacional. É o que a presente obra pretende fazer, com rigoroso respeito ao Direito Tributário e aos contribuintes brasileiros.

Área específica
DIREITO TRIBUTÁRIO.

Áreas afins
DIREITO CONSTITUCIONAL, FINANCEIRO E
ADMINISTRATIVO.

Público-alvo/consumidores
ACADÊMICOS E PROFISSIONAIS DO DIREITO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10003053

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G118d

Gabriel, Ivana Mussi

Direito Tributário: Constituição e Código Tributário Nacional / Ivana Mussi Gabriel. - 2. ed. - Belo Horizonte : Fórum, 2021.
360p.; 14,5cm x 21,5cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5518-275-0

1. Direito Tributário. 2. Direito constitucional. 3. Direito Financeiro. 4. Direito Administrativo. I. Título.

2021-3374

CDD 341.39

CDU 34:336.2

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):
GABRIEL, Ivana Mussi. *Direito Tributário: Constituição e Código Tributário Nacional*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 360p. ISBN 978-65-5518-275-0.

Ivana Mussi Gabriel

Formada pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino (ITE). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET). Advogada tributarista e professora universitária. Autora de vários livros e idealizadora das cartilhas do controle social dos gastos públicos.

INTRODUÇÃO	19
------------------	----

PARTE I
DO TRIBUTO

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO TRIBUTÁRIO	23
1.1 Conceito de Direito Tributário	23
1.2 Competência para legislar sobre Direito Tributário	24
1.3 <i>Status</i> do Código Tributário Nacional	24
1.4 Conceito de tributo	24
Exercícios sobre introdução ao Direito Tributário	32

CAPÍTULO 2

ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	35
2.1 Natureza jurídica específica do tributo	35
2.2 Tributos em espécie	38
2.3 Impostos (art. 145, I, CF/88 c/c art. 16, CTN)	38
2.4 Taxas (art. 145, II, CF/88; arts. 77-80, CTN)	39
2.5 Contribuição de melhoria (art. 145, III, CF/88 c/c art. 81, CTN; DL nº 195/67)	48
2.6 Empréstimo compulsório ou empréstimo forçado (art. 148, CF/88 c/c art. 15, I e II, parágrafo único do CTN – Lembrar-se: DEIP)	51
2.7 Contribuições especiais: interventivas, corporativas e sociais (art. 149, CF/88)	54
2.8 Contribuição de Iluminação Pública – CIP OU COSIP (art. 149-A, CF/88).....	62
Exercícios sobre espécies tributárias	65

CAPÍTULO 3

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E CAPACIDADE TRIBUTÁRIA ATIVA	69
3.1 Competência tributária (arts. 7º e 8º, CTN).....	69
3.2 Classificação tradicional de competência tributária	70
3.3 Competência extraordinária da União (art. 154, II, CF/88 c/c art. 76, CTN)	72
3.4 Competência residual da União (arts. 154, I, e 195, §4º, CF/88)	73
3.5 Capacidade tributária ativa (art. 7º, CTN)	75
3.6 Parafiscalidade	76
3.7 Repartição constitucional de receitas tributárias (arts. 157-162, CF/88).....	77
Exercícios sobre competência e capacidade tributária ativa	78

CAPÍTULO 4

PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS	83
4.1 Legalidade tributária (art. 150, I, CF/88 c/c art. 97, CTN)	83
4.2 Anterioridade tributária: anterioridade geral e noventena ou anterioridade nonagesimal (art. 150, III, “b” e “c” c/c §1º, CF)	89
4.3 Irretroatividade tributária (art. 150, III, “a”, CF/88)	94
4.4 Capacidade contributiva (art. 145, §1º, CF/88)	99
4.5 Não confisco (art. 150, IV, CF/88).....	103
4.6 Liberdade de tráfego ou da liberdade de locomoção (art. 150, V, CF/88).....	106
4.7 Isonomia tributária (art. 150, II, CF/88)	106
Exercícios sobre princípios tributários	108

CAPÍTULO 5	
IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS.....	113
5.1 Imunidade como hipótese de não incidência tributária	113
5.2 Imunidade recíproca ou imunidade de entidades políticas (art. 150, VI, "a", CF/88).....	115
5.3 Imunidade religiosa (art. 150, VI, "b", c/c §4º da CF/88).....	118
5.4 Imunidade de partidos, fundações, sindicatos, educacional e assistencial (art. 150, IV, "c", c/c §4º, CF/88). Imunidade não autoaplicável.....	120
5.5 Imunidade cultural (art. 150, IV, "d", CF/88).....	123
5.6 Imunidade da música (art. 150, IV, "e", CF/88).....	124
5.7 Imunidade, não incidência, isenção e alíquota zero	126
Exercícios sobre imunidades tributárias	129

CAPÍTULO 6	
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	133
6.1 Legislação tributária.....	133
6.2 Vigência da legislação tributária	135
6.3 Aplicação da legislação tributária	136
6.4 Integração e interpretação da legislação tributária.....	137

PARTE II
DA RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO 7	
HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA E FATO GERADOR ...	141
7.1 Hipótese de incidência tributária	142
7.2 Fato gerador.....	142
7.3 Classificação do fato gerador	143

CAPÍTULO 8	
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO.....	145
8.1 Evasão fiscal.....	145
8.2 Elisão fiscal	146
8.3 Planejamento tributário abusivo	146
8.4 Norma geral antielisiva.....	147

CAPÍTULO 9	
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	149
9.1 Obrigação tributária principal (art. 113, §1º, CTN).....	149
9.2 Obrigação tributária acessória (ou dever instrumental ou formal) (art. 113, §§2º e 3º, CTN)	150

CAPÍTULO 10	
SUJEITO ATIVO E PASSIVO	153
10.1 Sujeito ativo	153
10.2 Sujeito passivo.....	155
10.3 Convenções particulares.....	155
10.4 Capacidade tributária passiva	156
10.5 Solidariedade.....	156
10.6 Domicílio tributário.....	158
Exercícios de relação jurídico-tributária.....	159

CAPÍTULO 11	
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	163
11.1 Responsável tributário	163
11.2 Classificação da responsabilidade tributária: por substituição ou por transferência.....	164
11.3 Substituição tributária: para trás e para frente	164

11.4	Responsabilidade por sucessão	168
11.5	Responsabilidade de terceiros	174
11.6	Responsabilidade por infração	178
11.7	Denúncia espontânea	180
	Exercícios de responsabilidade tributária	182

PARTE III DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO 12

CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO.....		189
12.1	Crédito tributário	189
12.2	Lançamento tributário	189
12.3	Legislação aplicável ao lançamento	192
12.4	Modalidades de lançamento: de ofício, por declaração e por homologação (quanto à colaboração do sujeito passivo: nenhum, maior ou total).....	193
12.5	Alteração do lançamento	197
	Exercícios de crédito tributário.....	198

CAPÍTULO 13

SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		201
13.1	Considerações gerais.....	201
13.2	Moratória (arts. 152-155, CTN)	204
13.3	Parcelamento (instituído pela LC nº 104/01 – art. 155-A, CTN).....	207
13.4	Depósito do montante integral	209
13.5	Reclamações e recursos administrativos	211
13.6	Liminares e Antecipação de Tutela	213
	Exercícios da suspensão da exigibilidade do crédito tributário	214

CAPÍTULO 14

EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		219
14.1	Considerações gerais.....	219
14.2	Pagamento (art. 157 e ss, CTN).....	221
14.3	Consulta tributária (art. 161, §2º, CTN; art. 88 do Decreto nº 7.574/11 e art. 46 do Decreto nº 70.235/72).....	223
14.4	Imputação de pagamento e preferências tributárias	224
14.5	Repetição do indébito tributário (art. 165, CTN c/c art. 168, CTN)	226
14.6	Consignação em pagamento procedente (art. 164 c/c art. 156, VIII, CTN)	232
14.7	Conversão de depósito em renda (art. 156, VI, CTN).....	236
14.8	Decisão administrativa irreformável (art. 156, IX, CTN)	236
14.9	Decisão judicial transitada em julgado (art. 156, X, CTN).....	237
14.10	Pagamento antecipado e homologação do “pagamento” (e não do lançamento, como diz o art. 156, VII, CTN)	237
14.11	Dação em pagamento de bem imóvel, na forma e condições estabelecidas em lei (art. 156, XI, CTN)	237
14.12	Compensação tributária (art. 170, CTN)	238
14.13	Decadência	245
14.14	Prescrição	248
14.15	Transação (art. 156, III, c/c 171, CTN)	254
14.16	Remissão (art. 156, IV, c/c 172, CTN).....	255
	Exercícios de extinção do crédito tributário	256

CAPÍTULO 15

CAUSAS DE EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		261
15.1	Considerações gerais.....	261
15.2	Anistia (art. 180-182, CTN).....	261

15.3	Isenção (arts. 176-179, CTN).....	263
	Exercícios de exclusão do crédito tributário	267

CAPÍTULO 16

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....		271
16.1	Fiscalização (art. 195, CTN).....	271
16.2	Certidões	273
16.3	Dever de prestar informação ao Fisco	274
16.4	Inscrição em dívida ativa.....	275
16.5	Fraude à execução fiscal (art. 185, CTN)	277
	Exercícios de administração tributária	278

CAPÍTULO 17

SANÇÕES POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS.....		281
17.1	Sanções políticas tributárias arcaicas e inconstitucionais	281
17.2	Sanções políticas tributárias constitucionais	282

CAPÍTULO 18

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....		285
18.1	Garantias do crédito tributário	285
18.2	Privilégios do crédito tributário (ou preferências).....	286

PARTE IV

EXECUÇÃO FISCAL – LEI Nº 6.830/80

CAPÍTULO 19

EXECUÇÃO FISCAL.....		291
19.1	Certidão de dívida ativa (CDA).....	291
19.2	Protesto da CDA	292
19.3	Petição inicial.....	293
19.4	Citação	294
19.5	Indisponibilidade de bens do devedor (art. 185-A, CTN)	295
19.6	Penhora <i>on-line</i> (art. 854, CPC).....	296
19.7	Redirecionamento da execução fiscal	297
19.8	Desistência da Fazenda Pública.....	297
19.9	Embargos à execução fiscal	298
19.10	Exceção de pré-executividade.....	299
19.11	Extinção da execução fiscal	301
19.12	Prescrição intercorrente	302

CAPÍTULO 20

MEDIDA CAUTELAR FISCAL (LEI Nº 8.397/92).....		305
	Exercícios de execução fiscal	306

PARTE V

IMPOSTOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO 21

IMPOSTOS MUNICIPAIS		313
21.1	ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – art. 156, III, CF/88)	313
21.2	IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano – art. 156, I, da CF/88 e art. 32 e ss CTN).....	320
21.3	ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – art. 156, II, da CF/88).....	324

CAPÍTULO 22	
IMPOSTOS ESTADUAIS.....	327
22.1 IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – art. 155, II, CF/88).....	327
22.2 ITCMD (Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação – art. 155, I, da CF/88).....	330
22.3 ICMS (Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços – art. 155, II, da CF/88).....	332
CAPÍTULO 23	
IMPOSTOS FEDERAIS.....	339
23.1 IR (Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza – art. 153, III, CF/88; art. 43 e ss do CTN).....	339
23.2 ITR (Imposto Territorial Rural – art. 153, VI, CF/88; arts. 29 a 31 do CTN).....	344
23.3 IOF (Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores imobiliários – art. 153, V, CF/88; arts. 63 a 66 CTN e Decreto nº 6.306/2007).....	345
23.4 II (Imposto de Importação – art. 153, I, CF/88, art. 19 e ss CTN e Decreto nº 6.759/09).....	347
23.5 IE (Imposto de Exportação – art. 153, II, CF/88, art. 23 e ss CTN e Decreto nº 6.759/09).....	348
23.6 IPI (Imposto de Produto Industrializado – art. 153, IV, CF/88 c/c arts. 46 a 51 CTN).....	349
23.7 IGF (Imposto sobre Grandes Fortunas – art. 153, III, CF/88).....	353
23.8 Simples Nacional ou Supersimples (LC nº 123/06, art. 3º, I e II; CF/88, art. 146, III, “d”).....	355
Exercícios sobre impostos.....	356
REFERÊNCIAS	359